

Estado do Rio de Janeiro

PROCESSO:	6246 1 2023
Folhas:	258 rub 20mg

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 015/2024 PREFEITURA DE SA VIO ANTÔNIO DE PAD

OBJETO: EVENTUAL FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA MANTER EM ATIVIDADE A FROTA

PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA - RI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6246/2023 EDITAL: 001/2024 PREGÃO ELETRÔNICO

HOMOLOGAÇÃO: 15/05/2024

EMPRESA: POSTO UNIÃO PÁDUA LTDA.

ENDEREÇO: RUA JOSE DE ALENCAR LEITE, 37 - CENTRO, SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA/RI.

CNPJ: 03.734.859/0001-12

TELEFONE: 22 3851-0236

E-MAIL: postouniaopadua2@yahoo.com.br

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, na sala do Órgão Gerenciador, situado na Praça Visconde Figueira, s/n, segundo andar, Centro, Santo Antônio de Pádua/RJ, o responsável pelo Órgão Gerenciador, Srª. Maria Cristina Cretton França, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2024, face a classificação das propostas apresentadas no PREGÃO ELETRÔNICO, através do procedimento do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, segundo critérios estabelecidos no EDITAL 001/2024 e, ainda, em virtude da deliberação do Exmº Sr. Prefeito Municipal, Sr. Paulo Roberto Pinheiro Pinto, decidindo-se pela homologação do resultado da licitação, resolve, registrar os preços apresentados pela empresa acima identificada, representada por WAGNER DE PAULA TITONELI, portador(a) da carteira de identidade nº216874172 Órgão expeditor: DETRAN-RJ e inscrito no CPF nº035.341.006-38, conforme abaixo:

ITEM	QUANT.	UN.	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO
001	232.000	Litros	Gasolina Comum	0,03%
002	255.000	Litros	Óleo Diesel	0,02%
003	4.000	Litros	Etanol	0,04%

1. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 O fornecimento deverá ser realizado em posto de abastecimento da CONTRATADA, devidamente instalado e licenciado pela Agencia Nacional de Petróleo - ANP, num raio máximo de até 06 (seis) quilômetros da garagem da Secretaria Municipal de Transportes, localizada na rua Amilcar Rodrigues Perlingeiro, s/n.º- Bairro Tavares - Santo Antônio de Pádua - RJ, 28470-000, mediante autorização devidamente assinada pelo responsável de cada Órgão solicitante e conferido e acompanhado pela Controladoria de Abastecimento.
- 1.2 As Pessoas Jurídicas que não atendam o requisito acima estipulado, mas que manifestarem o desejo em participar do certame, deverão implementar ponto de abastecimento próprio para atender a frota municipal, em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos, após a data de assinatura da ata de registro de preços. O prazo aqui estipulado refere-se a pleno funcionamento e abastecimento dos veículos.
- 1.2.1 O não atendimento ao acima imposto, implicará no destrato da ata de registro, não dispensadas as sanções previstas em lei.

POSTO UNIAO PADUA LTDA:0373485900 Dados: 2024.05.20 09:07:53

Assinado de forma digital por POSTO UNIAO PADUA



Estado do Rio de Janeiro

1.3 Os postos de abastecimento com quilometragem superiores ao estipulado, não atendem ao princípio da eficiência, que implementou o modelo de administração pública gerencial voltada para um controle de resultados na atuação estatal, que zela para que os atos da administração sejam realizados com a maior qualidade, competência e eficácia possível em prol da sociedade. E também ao princípio da economicidade, que nada mais é do que a obtenção do resultado esperado com o menor custo possível, mantendo a qualidade e buscando a celeridade na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos. Dessa forma, o deslocamento de toda a frota municipal, a postos localizados em distritos deste município ou em municípios vizinhos, não seria vantajoso para a administração, bem como não caracterizaria o uso racional dos recursos públicos, visto que o distrito municipal, bem como o Município vizinho mais próximo e que possui posto de abastecimento de combustíveis estão localizados à 16,0 km da Sec. Mun. de Transportes, conforme mapa juntado ao processo administrativo que norteia este certame. Entretanto, de forma a manter a livre concorrência, foi dada a possibilidade de participação, conforme previsto no item 1.2.

1.4 O fornecimento deverá estar disponível para o CONTRATANTE, durante todos os dias da semana, inclusive feriados e pontos facultativos, indiscriminadamente, em horário não inferior a

06h às 22h.

1.5 Os combustíveis terão de atender as especificações e padrão de qualidade exigidas pela Agência Nacional do Petróleo - ANP

1.6 O preço por litro da gasolina comum, do óleo diesel comum, do óleo diesel S-10 e do etanol, poderá ser reajustado, para mais ou para menos, na mesma época e no mesmo percentual, caso haja variação no preço praticado pelas distribuidoras, autorizado ou determinado pela ANP - Agência Nacional do Petróleo, ou por outro Órgão que venha a substituí-la.

1.7 Caso a CONTRATADA venha praticar junto ao mercado preço promocional inferior ao Preço Médio da Tabela Mensal do Levantamento de Preços da Agência Nacional de Petróleo - ANP deverá repassar tal preço à Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua e Órgãos Participantes.

1.8 O preço unitário considerado para o fornecimento dos combustíveis será Preço Médio da Tabela mensal do Levantamento de Preços da AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO- ANP, deduzido do desconto ofertado na proposta vencedora deste Pregão.

1.9 No preço contratado devem ser compostos todos os impostos, taxas, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto deste contrato, isentando o CONTRATANTE de quaisquer ônus por despesas decorrentes.

1.10 Os percentuais de desconto, oferecidos na proposta vencedora, incidirão sobre o preço médio mensal divulgado pela ANP e serão fixos durante toda a vigência contratual.

1.11 Ao final de cada mês, a contratada deverá apresentar as faturas referentes ao consumo do mês corrente, juntamente com o relatório de abastecimento, observando impreterivelmente o Preço Médio da Tabela mensal do Levantamento de Preços da AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO- ANP deduzido do desconto ofertado na proposta vencedora deste Pregão.

1.12 A contratada deverá apresentar relatório com a fatura acima descrita, juntamente com a Tabela Semanal do Levantamento de Preços da AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO- ANP utilizada para o cálculo da fatura em questão.

1.13 No relatório deverá constar os itens e quantidades consumidas, assim como, a data, valores unitários e totais referentes ao período da fatura. Descriminando os itens consumidos por Secretarias e departamentos/órgãos participantes, observando as requisições anteriormente autorizadas.

1.14 Combustíveis serão recusados no caso de densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição ou a presença de outras substâncias, em percentuais além dos autorizados em sua composição.

PROCESSO: 6246 SETOR DE LICITAÇÃO

PREFEITURA DE SA VIO ANTÔNIO DE PÁDIJ

POSTO UNIAO **PADUA** LTDA:0373485900

Assinado de forma digital por POSTO UNIAO PADUA LTDA:03734859000112 Dados: 2024.05.20



Estado do Rio de Janeiro

1.15 O combustível recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir do recebimento pelo CONTRATADO da formalização da recusa pelo CONTRATANTE, arcando o CONTRATADO com os custos dessa operação, inclusive os de reparação.

1.16 No abastecimento dos veículos, deverá ser especificado os quantitativos em litros dos combustíveis fornecidos, no preenchimento da requisição do Serviço de Transportes, bem como fornecer o devido comprovante.

1.17 Não será admitida recusa de abastecimento em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada.

1.18 Em caso de panes elétricas, eletrônicas ou mecânicas, falta dos combustíveis, casos fortuitos ou de força maior, o CONTRATADO deverá providenciar alternativas de efetuar-se o abastecimento nas mesmas condições acordadas, no prazo máximo de 1 (uma) hora, após o recebimento da formalização de descontinuidade dos serviços emitida pelo CONTRATANTE, sob pena de sofrer as sanções previstas no contrato.

1.19 A Prefeitura Municipal, se reserva no direito de coletar e enviar para análise e em laboratório por esta designado, amostras dos combustíveis fornecidos, afim de que seja atestada a qualidade dos mesmos, que estão sendo fornecidos pela CONTRATADA.

2. DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA E EXECUÇÃO DA ATA

2.1. Homologado o certame e adjudicado o objeto da licitação à empresa vencedora, essa deverá dentro o prazo máximo de **05 (cinco) dias** assinar a ATA DE REGISTRO após a convocação realizada pelo **Município de Santo Antônio de Pádua.**

2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Órgão para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja(m) assinada(s) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

2.3. O prazo estabelecido para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

2.4. A existência dos preços registrados não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento do objeto pretendido, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência de seu fornecimento, em igualdade de condições.

2.5. O prazo de execução do objeto é de 12 (doze) meses, sem interrupção e prorrogável na forma da lei, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, especialmente os motivos elencados no artigo 135 do referido diploma legal.

2.5.1. O início da contagem do prazo deverá coincidir com a data da assinatura da ata de registro de preços, conforme **item 12.1.**

3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓGÃO NÃO PARTCIPANTE

3.1 Os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos legais e limites estabelecidos no art. 86 e demais parágrafos da lei n.º 14.133/2021.

4. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado da data da sua assinatura.

PROCESSO: 6246 1 2023
Folhas: 260 rub. 2000
SETOR DE LICITAÇÃO
PREFEITURA DE SA VIO ANTÓNIO DE PÁDIJA

POSTO UNIAO Assinado de forma digital por POSTO UNIAO PADUA UNIAO PADUA LTDA:0373485900011 2 Dados: 2024.05.20 09:08:39 -03'00'



Estado do Rio de Janeiro

4.2 O prazo de vigência da ata de registro de preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

4.3 No caso da prorrogação da vigência da ata de registro de preços, os quantitativos previstos inicialmente serão renovados automaticamente.

5. FORMA E CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

5.1 O preço unitário considerado para o fornecimento dos combustíveis será o Preço Médio da Tabela mensal do Levantamento de Preços da AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO- ANP - deduzido do desconto ofertado na proposta mais vantajosa, logo, vencedora.

5.2 No preço contratado deverão ser computados todos os impostos, taxas, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto deste contrato, isentando o CONTRATANTE de quaisquer ônus por despesas decorrentes.

5.3 Os percentuais de desconto, oferecidos na proposta vencedora, incidirão sobre o preço médio divulgado pela ANP e serão balizadores durante toda a vigência contratual.

5.4 Todo e qualquer pagamento devido pela CONTRATANTE será efetuado EXCLUSIVAMENTE através crédito em conta corrente da contratada, devendo, portanto, a CONTRATADA deve informar banco, agência e nº de conta em sua Nota Fiscal em correspondência a parcela executada quanto ao objeto. O processamento do pagamento observará as condições estabelecidas neste termo de referência e a ordem cronológica prevista no artigo 141 da Lei Federal 14.133/2021.

5.5 O processamento de pagamento se dará após a apresentação da fatura devidamente atestada pela Controladoria de Abastecimento juntamente com o relatório referente ao consumo do mês corrente, observando impreterivelmente o Preço Médio da Tabela Mensal do Levantamento de Preços da AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO- ANP - deduzido do desconto ofertado na proposta vencedora.

5.5.1 Para execução do pagamento, a CONTRATADA deverá emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial que apresentou a documentação na fase de habilitação, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e em nome do Município de Santo Antônio de Pádua – RJ.

5.6 Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, serão devidos pelo Contratante 0,033%, por dia, sobre o valor da parcela devida, a título de compensação financeira.

5.7 Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (seis por cento).

5.8 Entende-se por atraso o prazo que exceder 05 (cinco) dias úteis da apresentação da fatura.

5.9 Ocorrendo antecipação no pagamento dentro do prazo estabelecido, o Município de Santo Antônio de Pádua fará jus a um desconto de 0,033% por dia, a título de compensação financeira.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Credenciar, junto ao Município, preposto para representá-lo e atender às requisições efetuadas pelo Gestor da contratação;

b) Fornecer o material conforme especificações, prazos e nos locais, conforme condições previstas neste TR, Edital e seus Anexos;

c) Substituir o objeto as suas expensas, no todo ou em parte, quando fornecido com padrão de qualidade não aceito ou reprovado, bem como quando em desacordo com o TR, Edital e seus Anexos;

d) Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da municipalidade, a seus servidores ou ao público em geral, em decorrência do fornecimento de bem em desacordo com as especificações deste TR, Edital e seus Anexos, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados dentro de 30 (trinta) dias contados da comprovação de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis;

PROCESSO: 6246 / 2023
Folhas: 261 rub. 2000
SETOR DE LICITAÇÃO
PREFEITURA DE SANTO ANTÓNIO DE PÁDIJA

POSTO UNIAO Assinado de forma digital por POSTO UNIAO NIAO PADUA UNIAO PADUA LTDA:0373485 LTDA:03734859000112 Dados: 2024.05.20 9908:58-0300'

4



Estado do Rio de Janeiro

- e) Promover por sua conta, por meio de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto, bem como responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras obrigações que incidam ou venham a incidir na execução do objeto;
- f) Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela Fiscalização, atendendo as medidas técnicas e administrativas determinadas por aquela;

g) Cientificar imediatamente a Fiscalização sobre qualquer ocorrência anormal que afete o fornecimento do objeto

- h) Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou malfeitos no fornecimento do bem, atendendo assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela Fiscalização; Controladoria de Abastecimento;
- i) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

 j) Responsabilizar-se e indenizar por eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a Fiscalização;

k) Manter, durante toda vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

 Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto que se fizerem necessários, na forma prevista no art. 125 da LLCA;

m) Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o fornecimento.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do fornecimento, inclusive permitindo o acesso de prepostos ou representantes da CONTRATADA às dependências do local do fornecimento do material, no trato de questões relacionadas à execução do objeto;
- **b)** Prestar informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto que venham a ser solicitados por representante legal ou preposto da CONTRATADA;
- c) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem fornecido perante as especificações constantes do TR e da Proposta Comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- d) Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto, de forma a verificar a sua perfeita execução;
- e) Manter, mediante Fiscalização, registros e documentos de controle relacionados com o fornecimento dos combustíveis;
- f) Notificar formalmente a CONTRATADA por ocorrências de eventuais imperfeições no curso da execução do fornecimento, fixando prazo para a sua correção;
- **g)** Aplicar as penalidades por descumprimento de obrigações pactuadas neste Termo de Referência, no edital de licitação e demais anexos;
- h) Verificar, durante a vigência do contrato, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) Efetuar o pagamento do fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital de licitação e seus anexos;

8. DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº. 14.133/2024 e alterações posteriores, respondendo cada uma

PROCESSO:	62461	2023
Folhas:	262 ru	b. Kom
SE	TOR DE LICITAÇÃ	Ø
PREFEITURA	DE SA VTO ANTÔNI	DE PÁDIA



Estado do Rio de Janeiro

PROCESSO:	6246	1 2023
Folhas:	263	rub. m
CET	OBSELICIT	ACIA

pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos de processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações indispensáveis ao desempenho de suas atividades.

- **8.3.** A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da CONTRATADA quanto à integridade e à correção da execução do objeto a que se obrigou, suas consequências e implicações perante o CONTRATANTE, terceiros, próximas ou remotas.
- **8.4.** A execução do contrato será acompanhada por um representante do CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. O servidor designado pelo CONTRATANTE irá exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA, sem prejuízo desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.
- **8.5.** A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE para representá-lo na execução do contrato.
- **8.6.** Ficará a cargo de um **servidor designado pela Secretaria de Transportes**, a fiscalização e o acompanhamento da execução de todas as fases e etapas das entregas do material.
- **8.7.** Cabe ao Órgão Participante aplicar, garantia a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

9. DA CONTRATAÇÃO E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

- **9.1.** Publicada a Ata de Registro de Preços, a Secretaria municipal de Transportes poderá firmar contrato ou termo equivalente específico (como carta contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra) com a Empresa Registrada visando à execução do objeto desta licitação nos termos e condições da minuta de contrato que seguirá como anexo ao Edital.
- **9.2.** Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).
- **9.3.** O fornecedor registrado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

10. DAS CONDIÇÕES PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO E PRAZO PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO

- **10.1.** A Adjudicatária deverá dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias retirar a nota de empenho após a convocação realizada pela Secretaria municipal de Transportes através do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.
- 10.2. O prazo para o fornecimento é de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada da nota de empenho, prorrogável na forma da lei, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante adimplemento de cada parcela da obrigação, através de transferência bancária em conta bancária indicada, por intermédio da

POSTO UNIAO
PADUA
LTDA:03734859
LTDA:0374859
L



Estado do Rio de Janeiro

PROCESSO:	6246	1.2023
Folhas:	264	rub Dome
	OR DE LICITA	AÇÃO

apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondêndia expresentação processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

11.2. Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, serão devidos pelo Contratante 0,033%, por dia, sobre o valor da parcela devida, a título de compensação financeira.

11.3. Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (seis por cento).

11.4. Entende-se por atraso o prazo que exceder 15 (quinze) dias da apresentação da fatura.

11.5. Ocorrendo antecipação no pagamento dentro do prazo estabelecido, o Município de Santo Antônio de Pádua fará jus a um desconto de 0,033% por dia, a título de compensação financeira.

12. SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto.

13. DAS SANÇÕES:

13.1. No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Termo de Referência e do correspondente Edital, o município, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à signatária da Ata de Registro de Preços, conforme o caso, as penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2. Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item acima, e no edital de licitação que viabilizará o registro de preços, a signatária da Ata de Registro de Preços estará sujeita a multas no caso da ocorrência das situações correlacionadas e graduadas adiante, relevadas possíveis justificativas que possam ser apresentadas e aceitas pelo Município de Santo Antônio de Pádua.

13.3. A não entrega/fornecimento do objeto(s) solicitado(s) durante a vigência da Ata, sem apresentação de justificativa devidamente aceita pelo município, configurará a inexecução total da parcela inadimplida, sujeitando a signatária da Ata de Registro de Preços a multa compensatória, além da possibilidade da aplicabilidade cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

13.5. Observados reiterados atrasos na execução da Ata de Registro de Preços, a multa de mora poderá ser convertida em compensatória, podendo a Administração promover a extinção unilateral com a aplicação cumulada de outras sanções legais previstas consoante disposições contidas no caput e § único do artigo 162 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si, não sendo ainda compensatórias diante da sua natureza, seja por mora ou pena, ressalvadas a exceção prevista do parágrafo único do artigo 162 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se existente, ou será cobrada judicialmente.

13.8. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de Advertência, Impedimento de Licitar e Contratar, e com a Declaração de Inidoneidade de Licitar ou Contratar.

13.9. A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito do município de rescindir de pleno direito a Ata, independente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.10. Conforme Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

POSTO UNIAO
PADUA
Antinobo de familia agual por POSIO
LTDA:0373485

White Deciding agual fluid por 10010
White Deciding agual fluid por 10010
White agual fluid por 10010
9000112



Estado do Rio de Janeiro

PROCESSO:__

Folhas:

6246

SETOR DE LICITAÇÃO

265 rub bm

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

PREFEITURA DE SA VTO ANTONIO DE PÁDUA V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.11. - Pelo inadimplemento das obrigações, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas as seguintes penalidades:

13.11.1- deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;

13.11.2- deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar); suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;

13.11.3- executar o objeto com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

13.11.4- multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do empenho (ou do saldo não atendido) por dia de atraso na entrega do(s) bem(ns), respeitados os limites da lei civil e sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela Administração e da aplicação das sanções previstas neste edital e na legislação inicialmente citada;

13.12- as multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações da contratante, pela contratada, serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor da contratante, ou cobrados judicialmente.

13.13- o descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado como inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, cujos efeitos não era possível evitar, ou impedir.

13. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1. A revisão e o cancelamento dos preços registrados têm como embasamento legal o Decreto Municipal $n^{0}015$, de 17 de fevereiro de 2017 artigos 16, 17, 18, 19 e 20, conforme abaixo:

> "Art. 16 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Gerenciador promover as negociações fornecedores, observadas as disposições contidas na seção V da Lei Federal 14.133/2021.

> Art. 17 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

> > POSTO UNIAO Assinado de for PADUA digital por POSTO UNIAO PADUA LTDA:0373485 LTDA:03734859000112 Dados: 2024.05.20 9000112 09:10:33 -03'00



Estado do Rio de Janeiro

PROCESSO: 6246 / 2023
Folhas: 266 rub. 20mm
SETOR DE LICITAÇÃO
PREFEITURA DE SANTO ANTÓNIO DE PÁDIJA

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Art. 18 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

 II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 19 O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nas disposições contidas na seção V da Lei Federal 14.133/2021..

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV deste artigo, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

Art. 20 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou II - a pedido do fornecedor."

POSTO UNIAO Assinado de forma digital por POSTO UNIAO PADUA LTDA:0373485 LTDA:03734859000112 Dados: 2024.05.20 09:10:54 - 03'00'



Estado do Rio de Janeiro

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas decorrentes das obrigações assumidas com a presente correrão à conta da dotação orçamentária enviada para Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento:

Secretaria Municipal de Transportes			
Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	
26.782.0186 2.243.000	3.3.90.30.00.00.00	500 - Recursos não vinculados de impostos	
26.782.0186 2.243.000	3.3.90.30.00.00.00	704 – Transf. União ref. Royalties de Petróleo e Gás Natural	
	Secretaria Municipal de Ed	ducação	
Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	
12.361.0001 2.002.000	3.3.90.30.00.00.00	500 - Recursos não vinculados de	
12.361.0001 2.002.000	3.3.90.30.00.00.00	Impostos 573 - Royalties do Petróleo/Gás	
Secretaria Municipal de Saúde			
Programa de Trabalho	Natureza da Despesa		
10.122.0001 2.027	3.3.90.30.00.00.00	Fonte de Recursos	
50 - 10 - 10 - 10 - 10 - 10 - 10 - 10 -	0.000.00	500 - Rec. Não Vinculados de	
10.122.0001 2.027	3.3.90.30.00.00.00	Impostos 600 - Transf. Fundo a Fundo do SUS/FEDERAL - Bloco Man. Ações e Serv. Saúde	
10.301.0010.2.030	3.3.90.30.00.00.00	600 - Transf. Fundo a Fundo do SUS/FEDERAL - Bloco Man. Ações e Serv. Saúde	
10.302.0011.2.035	3.3.90.30.00.00.00	600 - Transf. Fundo a Fundo do SUS/FEDERAL - Bloco Man. Ações e Serv. Saúde	
10.302.0011.2.165	3.3.90.30.00.00.00	600 - Transf. Fundo a Fundo do SUS/FEDERAL - Bloco Man. Ações e Serv. Saúde	

Maria Cristina Cretton França Responsável pelo Órgão Gerenciador Posto União de Pádua Ltda Wagner de Paula Titoneli Representante Legal

SETOR DE LICITAÇÃO PREFEITURA DE SA TO ANTO TIO DE PADIA

10